

## Aquisição do Presente do Indicativo em português brasileiro sob a ótica da Teoria das Operações Enunciativas: estudo preliminar

Acquisition of the present indicative in Brazilian Portuguese according to the Theory of Enunciative Operations: a preliminary study

Adquisición del presente de indicativo en portugués brasileño bajo la óptica de la Teoría de las Operaciones Enunciativas: estudio preliminar

### Márcia Romero

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Brasil)

[marcia.romero@unifesp.br](mailto:marcia.romero@unifesp.br)

<https://orcid.org/0000-0001-5204-111X>

### RESUMO

O trabalho traz um estudo preliminar sobre o valor semântico adquirido pelo Presente do Indicativo (PRES) na fala de uma criança brasileira, apoiando-se na análise de duas sessões de gravação (GUS 2;0 e 2;4) realizadas em meio naturalístico. Fundamentados na Teoria das Operações Enunciativas, propomo-nos a refletir, a partir das hipóteses oriundas dessa análise, sobre o papel semântico-enunciativo do PRES considerando-se, comparativamente, os empregos do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo feitos pela criança nas mesmas sessões. Os resultados, em seu estado atual, fornecem pistas para que se repense a descrição usual do PRES em língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aquisição de tempo verbal; Estudo semântico; Descrição gramatical.

### ABSTRACT

*This work is a preliminary study about the semantic value acquired by the present indicative (PRES) in the speech of a Brazilian child, drawing on the analysis of two recording sessions (GUS 2;0 and 2;4) made in a naturalistic setting. Based on the*

\* Sobre a autora ver página 113.



*Theory of Enunciative Operations and on the hypotheses derived from the analysis, we aim at discussing the semantic and enunciative role of PRES by comparing its uses to those of the Preterite Perfect Indicative by the child on the same sessions. Current results suggest that the usual description of PRES in Portuguese.*

**KEYWORDS:** *Acquisition of verb tense; Semantic study; Grammatical description.*

### **RESUMEN**

*El trabajo consiste en un estudio preliminar sobre el valor semántico que adquiere el presente de indicativo (PRES) en el habla de un niño brasileño, apoyándose en el análisis de dos sesiones de grabación (GUS 2;0 y 2;4) realizadas en medio naturalístico. Fundamentados en la Teoría de las Operaciones Enunciativas, nos proponemos reflexionar, a partir de las hipótesis que suscitan ese análisis, sobre el rol semántico-enunciativo del PRES considerándose, comparativamente, los usos del pretérito perfecto simple de indicativo utilizados por el niño en dichas sesiones. Los resultados, en su estado actual, proveen pistas que nos hacen reconsiderar la descripción usual del PRES en lengua portuguesa.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Adquisición del tiempo verbal; Estudio semántico; Descripción gramatical.*

## **1 Introdução**

O presente trabalho, inscrito no referencial da Teoria das Operações Enunciativas (CULIOLI, 1990; 1999a; 1999b; 2018, ROMERO, 2019), dá continuidade à pesquisa direcionada à aquisição de tempos verbais e aos efeitos dela decorrentes nos campos morfossintático, semântico-enunciativo e discursivo (ROMERO, 2018; 2020).

No recorte dos dados ora apresentado, examinamos enunciados nos quais se verificam ocorrências do Presente do Indicativo (notado PRES) produzidas por GUS, criança brasileira, aos 2;4 (dois anos e quatro meses)<sup>1</sup>.

Tal recorte deve-se aos resultados obtidos em estudo anterior, no qual analisamos a aquisição do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo (PPS) na fala da mesma criança, aos 2;0 (dois anos de idade) (ROMERO, 2018), período que pode ser visto como qualificando a primeira sintaxe. Esse estudo é

---

<sup>1</sup>Os dados utilizados para esta pesquisa pertencem ao Banco NALíngua (Núcleo de Estudos em Aquisição da Língua, CNPq, [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25793](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25793)), instituído em 2008, e dispensado de avaliação pelo Sistema CEP/CONEP segundo Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 07/04/2016 (parágrafo único, inciso V). Sobre a constituição do Banco NALíngua e suas bases metodológicas, ver Del Ré et al. (2016). As sessões de gravação, de duração de uma hora cada, foram realizadas em meio familiar, e ocorreram, salvo exceções, uma vez ao mês, desde o nascimento da criança até que completasse 07 (sete) anos de idade.

sucintamente retomado a seguir, posto que a análise da aquisição do PRES, aos 2;4 apoia-se na observação de como se constitui a relação predicativa na fala da criança aos 2;0. Nessa idade, se já existem empregos do PPS – vale notar, não quaisquer –, não se verificam empregos do PRES, salvo raríssimas exceções a serem discutidas. Essa análise comparada permite melhor compreender qual a natureza dos empregos do PRES quando estes começam a se fazer presentes na fala de GUS aos 2;4 e, mais ainda, quais contribuições deles advêm para o próprio entendimento do que vem a ser esse marcador<sup>2</sup> do ponto de vista de seu funcionamento linguístico.

Embora existam outros estudos cujo objeto é a aquisição de tempos verbais, a originalidade dessa pesquisa, para além do referencial teórico-metodológico no qual ela se fundamenta, ainda pouco conhecido no Brasil, diz respeito, a nosso ver, ao modo como os dados são examinados, uma vez que não se trata de abordá-los sob uma ótica estritamente morfossintática.

Como explica Culioli, trata-se, sobretudo, de reconstruir “as operações elementares, as regras e os esquemas, que geram as categorias gramaticais e os agenciamentos próprios a cada língua, em suma, de buscar os invariantes que fundam e ordenam a atividade de linguagem” (CULIOLI, 1999a, p. 96), considerando-se, para tanto, que isso implica “não distinguir, em princípio, as delimitações entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática” (CULIOLI, 1999a, p. 96).

Percebemos, por essas colocações, que a abordagem culioliana, naquele que se mostra como um de seus principais objetivos, propõe-se a fomentar análises que integram fenômenos que, ainda hoje, são estudados por diferentes campos, sem que se veja de que modo esses fenômenos se inter-relacionam. Daí o nosso interesse em mostrar que a análise do PRES em nada avança se não se repensar, em primeiro lugar, o próprio estatuto semântico-enunciativo conferido a esse marcador no confronto com o papel oriundo de outros marcadores, como, por exemplo, o do PPS, cujo estatuto semântico-enunciativo é igualmente revisitado.

A seguir, retomamos o estudo sobre a aquisição do PPS e o seu funcionamento semântico-enunciativo (ROMERO, 2018). A partir dos resultados obtidos, analisamos o emprego do PRES na fala de GUS, sabendo

---

<sup>2</sup>Utilizamos *marcador* para exprimir que o que se conhece por *desinência modo-temporal* exprime uma operação de natureza linguageira que não pode ser reduzida a um sentido decorrente do enunciado.

ser este um estudo preliminar, que mais visa a propiciar uma entrada no tema do que a apresentar conclusões efetivas<sup>3</sup>.

## 2 A constituição da relação predicativa

Essa seção examina, *grosso modo*, a forma como a relação predicativa se constitui na fala de GUS aos dois anos de idade e qual o papel que o PPS adquire nela. Antes de examiná-los, devemos, porém, tratar da concepção de semantismo na qual se fundamentam as análises, diferenciando, de saída, o *valor semântico* que o PPS adquire no enunciado de sua *identidade semântica*, o *semantismo* que o define.

Como inúmeras abordagens no campo da semântica, apresentam-se dois conceitos distintos no que se refere ao processo de significação: o de valor semântico, decorrente do próprio pôr em uso do PPS, aponta para a variação do marcador em seus diferentes empregos, logo, para valores relativos, já que dependentes do enunciado; o de sua identidade semântica (IS) ou semantismo, para o que identifica e define o funcionamento semântico-enunciativo do PPS.

No referencial da Teoria das Operações Enunciativas (note-se TOE), o semantismo da unidade linguística caracteriza-se por um *esquema invariante*, i.e. por um esquema constituído de parâmetros variáveis que se encontra no cerne da variação observada nos usos. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que a TOE instaura uma inversão de paradigma nas relações comumente observadas entre *língua* e *enunciado*: deixa-se de lado uma visão de *língua* que, ao ser concebida como unidades dotadas de um conteúdo prévio, é vista como *estável* e, conseqüentemente, passível de ser desestabilizada – ou subvertida – pelo enunciado, para assumir uma visão de língua *dinâmica*, constituída de unidades cuja identidade é plástica, às quais o enunciado confere estabilizações, ainda que provisórias. A *língua* e o *enunciar-se* são dinâmicos, tal como o é a própria atividade de linguagem, objeto de estudo desta teoria, o que não significa que essa dinamicidade não se funde sobre o regular e o ordenado.

---

<sup>3</sup> Essa pesquisa iniciou-se com um estudo semântico-enunciativo do PPS em PB (ROMERO-IOPES, 2006). A análise de dados oriundos do campo de Aquisição e o estudo sistemático de objetos constitutivos do campo da Semântica evidenciaram um conjunto de fenômenos relacionados ao emprego desse tempo verbal, os que trouxemos aqui e os apontados em Romero (2020), que adentra a sociolinguística ao discutir o fundamento de expressões no PPS vistas como *gírias*, e em Romero (no prelo), sobre a alternância causativo-ergativa. Sobre nossos estudos a respeito do semantismo do PRES, ver Romero (2009).

Duas passagens de Culioli pontuam o que dissemos acima: o sistema a ser construído é um “sistema dinâmico”, único modo de serem abarcados fenômenos complexos (CULIOLI, 1999a, p. 12) e de “reencontrar, através da forma aparentemente banal dos enunciados cotidianos, as operações ocultas do trabalho enunciativo”<sup>4</sup> (CULIOLI, 1990, p. 155).

## 2.1 O semantismo do PPS

No que se refere ao semantismo do PPS, notamos que a sua identidade semântica toma a forma de um *esquema operatório invariante*, por si só dotado de plasticidade, e que ordena os ajustamentos e estabilizações ocorridos nos enunciados. A definição do PPS em termos de uma *invariância*, como vemos mais abaixo, difere de sua definição clássica e que envolve uma fórmula temporal básica pautada na concepção de “tempo do passado”: a que prega a “anterioridade” do evento em relação ao momento da fala (MF) ou, segundo fórmula de Reichenbach, o tempo cujo momento da realização do evento (processo ou ação) expresso pelo verbo (ME) é simultâneo ao momento de referência (MR), ambos anteriores ao momento da fala (MF) (ILARI, BASSO, 2008, p. 252).

Essa fórmula temporal básica explicaria, em parte, o enunciado “Ontem, fui ao cinema”, em que se tem o evento “ir ao cinema” representado como ocorrido em um momento anterior (*ontem*) ao momento da fala. Contudo, não dá conta de inúmeros outros, tais como “Sujou!”, quando utilizado em referência a uma situação embaraçosa da qual o sujeito toma conhecimento no instante mesmo em que se produz o enunciado<sup>5</sup>.

Em suma, falar em *anterioridade em relação ao MF* implica definir o PPS por meio de um conteúdo (um valor), do qual decorre a sua associação a uma representação de que, nesse tempo, o fato está no “passado”. Esse conteúdo

---

<sup>4</sup> Sobre as operações do trabalho enunciativo ou da ordem da linguagem, Culioli fala em *opérations enfonies*, o que nos permite pensar na efemeridade das próprias operações que ocorrem simultaneamente ao processo de produção-reconhecimento de enunciados. São a essas operações, às quais não temos acesso a não ser pelos vestígios que elas deixam nos enunciados, que remete o conceito de *invariância*.

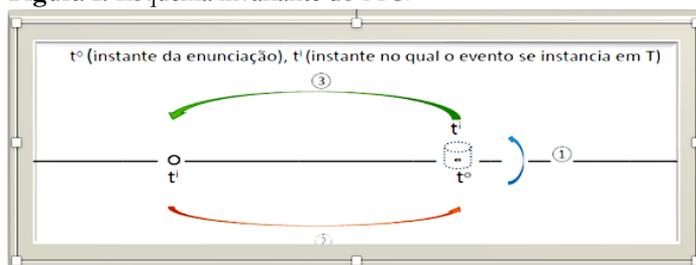
<sup>5</sup> Esse é um dos empregos caracterizados como “gíria”, comumente excluídos da explicação no que diz respeito ao papel do PPS. Para ilustrar, temos: “Sujou. Cartão amarelo para Sissoko por falta dura em Fred.” (<https://bitly.com/Fp2P4>, acesso em 11/04/2021) e “Um jovem, de 21 anos, foi preso após gritar “sujou” para alertar comparsa ao avistar a Polícia Militar, em Montes Claros, no Norte de Minas.” (<https://bitly.com/pCDJY>, acesso em 11/04/2021).

consistiria na sua contribuição para o sentido do enunciado – qualquer enunciado.

Na definição dada por nós, o PPS não se define por um conteúdo, mas por um *esquema invariante* que discrimina operações que fundam o seu enunciar. Trata-se de um conjunto de relações que formalizam o seu funcionamento semântico-enunciativo e que estão na base dos diferentes valores que o PPS ajuda a elaborar no enunciado, inclusive o de “fato do passado”, que nada mais é do que um valor entre outros.

O esquema invariante pode ser compreendido como um princípio organizador dos diferentes sentidos adquiridos pelo PPS, o que evidencia a natureza não aleatória de sua variação semântica.

**Figura 1:** Esquema invariante do PPS.



Esse esquema mostra que o PPS mobiliza sempre  $t^o$ , instante da enunciação, e  $t^i$ , instante no qual se instancia o evento P, mas os coloca, na relação predicativa, submetidos um ao outro de modo diferente:

- ① indica que partimos do reconhecido (constatado) em  $t^o$  para reconstituir  $t^i$ , instante no qual o evento P se instancia e que é, ele próprio, indissociável de  $t^o$ ;
- ② indica que partimos da instanciação do evento P em  $t^i$  para exprimir o que se observa em  $t^o$ ;
- ③ indica que partimos do reconhecido (constatado) em  $t^o$  para reconstituir  $t^i$ , instante no qual o evento P se instancia e que é anterior a  $t^o$ , *i.e.* dele distinto.

Em suma, em ①, há indissociabilidade entre  $t^o$  e  $t^i$ , enquanto em ② e ③, os instantes se dissociam. Por outro lado, em ① e ③, coloca-se em

evidência o constatado em  $t^0$ , diferentemente de ②. Vejamos alguns dos efeitos dessas características.

A parte ② do esquema é exemplificada por “Ontem, fui ao cinema”, cujo ponto de partida da relação predicativa é a instanciação do evento P “ir ao cinema” em  $t_i$ , instante anterior a  $t^0$ , exemplo vastamente explorado pela literatura. O que não é explicado, contudo, é que, nesse enunciado, o instante no qual o “ir ao cinema” se instancia (*ontem*) é evidenciado não apenas para colocá-lo como anterior a  $t^0$ , instante da enunciação, mas para concebê-lo como o que desencadeia, em  $t^0$ , o fato de ser esse evento apreendido como *ocorrido*. Observamos, assim, em  $t_i$ , a existência de P e, em  $t^0$ , o fato de “ir ao cinema” ser validado como *ida ocorrida*. Daí, origina-se o valor de “fato do passado”. Outro exemplo: “Eu sequei o cabelo”. Em  $t_i$ , observa-se a existência de P “secar” (P é inserido no espaço-tempo); dessa inserção, apreende-se, em  $t^0$ , *o cabelo* como *seco* (atribui-se uma propriedade ao termo *o cabelo*)<sup>6</sup>.

A parte ③ do esquema é exemplificada por “(Olha!) Sujou a camisa.”, dito quando constatamos que alguém está com uma camisa suja (*a camisa* é sujeito sintático). Partimos do reconhecimento de que há *uma camisa suja* em  $t^0$  (na cena de enunciação), o que leva a recuperar  $t_i$ , o instante no qual o evento “sujar” se instancia, anterior a  $t^0$  e dele distinto (ou seja, quando “sujar” adquire existência). Essa dissociação entre  $t^0$  e  $t_i$  instaura uma alteridade, um antes (não sujar – *camisa limpa*) e um depois (sujar – *camisa suja*). Enunciados dessa natureza tendem a evidenciar a propriedade atribuída em  $t^0$ , ou seja, o fato de *a camisa* estar *suja* no momento em que ocorre a enunciação, ainda que, do ponto de vista temporal, haja um fato do passado<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Corôa (2005) faz uma colocação interessante nesse sentido, ao se referir a Jespersen, ainda que essa colocação não a conduza a uma formalização das operações que se encontram no fundamento do PPS. Vale dizer que a autora se atém à notação de Reichenbach e, portanto, à localização do MR em sua relação com o ME e o MF, tal como o fazem Ilari e Basso (2008). Porém, enquanto estes autores afirmam que “o imperfeito e o perfeito do indicativo são simplesmente dois passados: apresentam simultaneidade de ME e MR, anteriores ao MF” (ILARI, BASSO, 2008, p. 252), Corôa, distinguindo deles, representa o imperfeito por uma fórmula distinta do perfeito (CORÔA, 2005, p. 48-54), embora guarde para ambos a anterioridade de ME em relação a MF. Voltando à colocação que nos interessa e que vale a pena destacar, em *Carlinhos trabalhou no IBC*, exemplo dado por Corôa, ela afirma ser esta “uma sentença em retrospectiva: expressa um fato já ocorrido visto a partir do momento da enunciação, tendo-se como referência algo “atual”, pois o resultado é, no perfeito, muitas vezes mais importante que o próprio evento. Diz Jespersen (1958:279) que ‘além do elemento temporal, o perfeito tem a noção de resultado e historicamente denota um estado’ [...]” (CORÔA, 2005, p. 53). Vê-se que a autora, fundamentada em Jespersen, aponta para uma importante característica do PPS, mas não abstrai do que dela pode ser inferido para outros empregos, restringindo-se à análise em que se elabora um “fato do passado”.

<sup>7</sup> Sobre a própria categoria do *passado*, ver o trabalho de De Vogüé (2006).

Por fim, a parte ① do esquema é a que nos interessa mais diretamente, por dar a ver o que ocorre nos enunciados produzidos pela criança (GUS). Ela pode ser exemplificada por “Sujou!”, dessa vez quando se exprime, como dissemos, o fato de o sujeito se ver diante de uma situação embaraçosa. O ponto de partida é o constatado em  $t^o$ , no caso, uma situação que, por motivos vários, não convém (a situação pega o sujeito de surpresa).

Um enunciado dessa natureza apresenta um conjunto de características. A primeira: centramo-nos em  $t^o$ , no constatado. O fato de se constatar algo instaura, simultaneamente,  $t$ , *i.e.* a existência de algo, da situação vivenciada e que se contrapõe à sua não existência discursiva anterior.

O enunciado *Um jovem, de 21 anos, foi preso após gritar “sujou” para alertar comparsa ao avistar a Polícia Militar, em Montes Claros, no Norte de Minas*, no qual se relata um acontecimento, é exemplar para que se entenda o que está em jogo nesse emprego do PPS. Nele, enuncia-se “Sujou” face à “chegada da PM”, situação com a qual se depara o jovem, que o pega de surpresa e não lhe convém. O enunciado “Sujou” confere existência a uma dada situação ao lhe atribuir a propriedade de “ruim”, “não apropriada”<sup>8</sup>.

Ora, é importante notar que a existência dessa situação para o sujeito não recupera a existência de uma situação anterior, que poderia ser qualificada de “boa” ou “apropriada”: simplesmente, a única situação que vem ao caso é aquela à qual se confere existência (por meio do enunciado) e que é qualificada como “ruim”, entre outras possibilidades. Diferentemente de ② e ③, não há *antes e depois* de ordem temporal: há uma situação que se constata, constatação que lhe confere existência face à sua inexistência anterior.

Vale dizer que enunciados dessa natureza são ancorados na situação, o que leva os verbos a serem conjugados na 3ª pessoa do sing. sem que haja, por conta disso, a possibilidade de se introduzir um pronome como *isso* (ou *ele, ela*)<sup>9</sup>. Com efeito:

A retomada por um pronome implicaria uma pré-construção do elemento ao qual remete *isso*, pré-construção que não é compatível com esse tipo de enunciado, o que atesta que o PPS constrói a existência do fato constatado ao enunciar-lo (ROMERO, 2018, p. 6).

<sup>8</sup> O verbo “sujar” relaciona-se à construção de uma imagem ruim de algo e é retomado, aqui, por meio da propriedade (“ruim”, “não apropriada”) que dele decorre, podendo ser outro o modo de a ela se referir.

<sup>9</sup> Ver inúmeros outros exemplos cujo verbo, na 3ª p. do PPS, não admite a introdução de um pronome, tais como “Sextou!” ou “Fechou!” no contexto seguinte: - *Passo pra te apanhar às 22h. - Fechou!*

Não vamos nos estender na análise do PPS por fugir ao escopo do trabalho e pelo fato de existirem outros artigos nossos que abordam o tema de modo aprofundado e por meio de diferentes exemplos. O exposto até aqui é suficiente para analisar os enunciados produzidos por GUS aos dois anos de idade e que são necessários para que se compreenda, por sua vez, o valor adquirido pelo PPS e pelo PRES em sua fala, quatro meses depois.

## 2.2 O PPS na predicação face a outras formas de constituição do enunciado

Essa seção condensa alguns dos resultados apresentados em Romero (2018) sobre o PPS nos enunciados de GUS (2;0), conferindo-lhe desenvolvimentos suplementares, sem, contudo, abarcar o conjunto de reflexões feitas no referido trabalho. Além disso, aborda a relação predicativa que, de um modo geral, estrutura a produção oral da criança.

Na análise, contabilizaram-se 287 (duzentos e oitenta e sete) enunciados produzidos pela criança em uma hora de gravação, 18 (dezoito) deles empregados no PPS. Desses, 12 (doze) são espontâneos, *i.e.* não se apoiam em retomadas de falas que lhe foram dirigidas. Chamam a atenção o número reduzido de empregos espontâneos do PPS e o fato de o verbo estar sempre na 3ª p. do sing., referindo-se, invariavelmente, a situações vivenciadas pela criança no momento mesmo em que ela os produz.

Vejamos um único exemplo: (1) GUS: *cabo* [:*acabou*]?

Nessa cena, a criança diz *cabo* [:*acabou*] no instante em que o desenho animado Pocoyo, ao qual ela assistia, termina. Temos a produção de um enunciado exprimindo, por meio das operações que o sustentam, o fato de que, na TV, que permanece ligada, não se vê mais o desenho. No que diz respeito ao funcionamento do PPS, ele se explica pela parte ① do esquema: o ponto de partida é tº, instante de produção do enunciado que marca a constatação de que o desenho não é mais visto na TV, ou, para facilitar a compreensão, a constatação de sua “não transmissão” no *aqui-agora*.

Em outras palavras, a atribuição da propriedade *acabado* a algo vivenciado na situação *confere existência* ao fato de *não ter mais* (transmissão). É como se, com *acabou*, nesse contexto, disséssemos *não tem mais* (transmissão, mas poderia ser *a pizzu*): confere-se existência, pelo enunciado, à falta. Não se trata, portanto, de um fato do passado, já que o PPS, nessa construção, elabora a

*falta* com a qual o sujeito se depara no exato instante em que pronuncia o enunciado.

Na verdade, para irmos um pouco além, é preciso dizer que o PPS integra duas operações: uma que marca a inserção do evento P no tempo e que lhe confere existência, o que representamos pela instanciação de P em  $t_i$ ; outra relacionada à atribuição de uma propriedade decorrente do evento em  $t^o$  – o que não deixa de se relacionar à perfectividade constitutiva desse marcador<sup>10</sup>. Essas operações combinam-se de modos variados. Naquele representado por ①, a própria atribuição de propriedade a algo relacionado à situação (ou seja, pela produção do enunciado, predica-se o fato de algo estar “acabado, terminado”) constrói o instante em que se origina o “acabar”, ou seja, a existência da falta<sup>11</sup>.

Para além desse enunciado, interessa-nos mostrar uma cena na qual o encadeamento discursivo pediria por um uso do PPS em que se elabora o valor de “fato do passado”: (2) GUS: *de(i)ta(r) # pato.* / GUS: *de(i)ta(r) Pocoio.* / PAI: *agora o <Poco> [ / ] o pato conseguiu dormi(r) n(ão)+é?*

Nessa cena, que acontece enquanto GUS ainda assiste ao desenho, a criança parece querer contar ao seu pai o que está se passando na história: *o pato deitou, o pato foi deitar, o pato dormiu*, etc. Na verdade, podemos intuir que, nessa interação, há uma narração, mas que se marca, na fala da criança, por meio do verbo no infinitivo (*de(i)ta(r) # pato.*), tanto que o pai a ajuda na formulação (*o pato conseguiu dormi(r) n(ão)+é?*)

Do ponto de vista da organização do enunciado, a criança ainda não tem recursos que lhe permitem se descentrar em relação ao *aqui-agora*. Assim, ao invés de empregar o PPS com o valor de “fato do passado”, a relação predicativa estrutura-se por meio de um núcleo verbal no infinitivo seguido de uma pausa, que indica o que, aparentemente, é o argumento do verbo (*pato*). Em outras palavras, a cena mostra que, quando poderia se esperar pela utilização do verbo no PPS para instanciar o evento “deitar” em  $t_i$  de modo dissociado de  $t^o$ , em suma, para representar um “fato do passado”, ele não é empregado, o que mostra que a criança o utiliza em circunstâncias bem

<sup>10</sup> Daí, como dissemos acima, de “Sujou a camisa” podermos inferir que se verifica *camisa suja*, mas não parafrasear o emprego no PPS exclusivamente por *A camisa está suja*. O PPS difere de uma construção atributiva, já que nessa construção não se faz menção ao instante em que o “sujar” se instanciou.

<sup>11</sup> Esse enunciado, em francês, seria traduzido por “C’est fini? (Fini?)”. No entanto, a tradução não dá visibilidade ao pleno funcionamento do PPS, posto que evidencia apenas a atribuição de uma propriedade a algo e não a inserção do evento no tempo.

precisas, como a mencionada em (1), cujo funcionamento se dá sob o modo ①.

Embora sumariamente expostas, as análises atestam um conjunto de características relacionadas ao emprego do PPS na fala da criança que corroboram a sua descrição nos termos do esquema invariante apresentado na Figura 1. A mais significativa dessas características diz respeito à produção de enunciados nos quais os verbos estão na 3ª p. do sing. do PPS e que não aceitam pronome ou grupo nominal como sujeito sintático.

Encaminhando-se, agora, para reflexões que antecedem a análise do emprego do PRES em GUS (2;4), deve-se observar a estruturação da relação predicativa na fala da criança aos dois anos, uma vez que ela ocorre sobretudo por meio da prosódia (por exemplo *água # ca(rr)o ?*).

Quando a predicação se apoia em uma unidade verbal, o levantamento dos verbos utilizados por GUS espontaneamente, além dos empregos acima mencionados que se encontram no PPS, mostra que existem, em primeiro lugar, poucos verbos *ser* e *ter* conjugados (*é, tem*), em segundo, alguns verbos no infinitivo e, por fim, o emprego dos verbos *olhar* e *tomar* que se manifestam, foneticamente, como [ɔ] ou [tɔ], em referência a primeira sílaba do verbo cuja forma poderia ser a do imperativo afirmativo *o(lha/lhe), to(ma/me)*, ou mesmo [ɔya], para *olha*<sup>12</sup>.

Ora, notamos que os empregos do verbo *ser*, bem poucos em sua fala, são aqueles nos quais a criança identifica algo ou solicita a identificação de algo que se lhe apresenta na situação, como vemos em (3): *PAI: o(lha) # é só jipe. / GUS: t(r)ato(r)?* [GUS aponta para uma carta do baralho com imagem de uma caminhonete.] *PAI: é:: # tipo um trator. / GUS: um t(r)ato(r). [...]* *PAI: (olh)a lá o(u)tro jipe. / GUS: ca(rr)o? / PAI: é:: / GUS: é um ca(rr)o?* Nesse recorte, o pai mostra à criança cartas de baralho que contêm a imagem de diferentes tipos de veículos. A brincadeira consiste em identificar os veículos e descrever o ambiente em que estão (se o veículo anda no asfalto, na terra, qual a cor do veículo, etc.), uma pura atividade de nomeação. Percebemos, aqui, que a criança ora não utiliza nenhum verbo para identificar de que veículo se trata ou solicitar a sua identificação (*GUS: t(r)ato(r)?*), ora, o utiliza, muitas vezes motivada pela fala do pai (*GUS: ca(rr)o? / PAI: é:: / GUS: é um ca(rr)o?*).

<sup>12</sup> Não consideramos aqui os únicos exemplos em que nos parece que GUS emprega o PRES, já que um se faz na retomada da fala do pai ([O pai mexe a carta para mostrar o brilho.] / *GUS: o(lha). / PAI: essa bri::lha. / GUS: b(r)ilha ? / PAI: brilha.*) e o outro marca uma antecipação da fala de um personagem do desenho que a criança assiste na TV, por conhecê-la de cor (*GUS: tica: [estica]. / PAI: estica:. / MÃE: olha ele já sabe # antes de fala(r) ele já fala(u) ## estica ʔ*).

Nesse caso, ressaltemos o emprego do artigo *um*, construção que aponta para um exemplar da classe *carro*.

Sobre o verbo *ter*, verificamos empregos nos quais se predica ou se indica a existência de algo na situação, como vemos em (4): GUS: *um ca(rr)o [ < ] ?* [GUS aponta para a figura.] / OBS: *esse é um carro.* / GUS: *tem um ca(rr)o?* / OBS: *tem um carro.* / GUS: *(j)ipe::*. Já nesse recorte, em que a criança interage com a observadora, o verbo *ter* surge para marcar a existência de *um carro* na situação que lhe é apresentada pela figura que consta da carta do baralho.

Por fim, como dissemos, os outros empregos ora estão no infinitivo, ora aparecem como [ɔ] / [ɔɣa] ou [tɔ], usos nos quais a criança chama a atenção do interlocutor para algo que ela quer lhe mostrar ou quer lhe entregar no exato instante em que os pronuncia: (5) GUS: *o(lha) o jipe.* / OBS: *que cor que é esse jipe aí?*, (6) PAI: *não é do pai # isso aqui não cabe no papai o(lha).* [O pai faz como GUS, coloca a peça de roupa na frente do corpo para mostrar que não serve nele.] / PAI: *é do Gustavo!* / PAI: *qual mais tem?* [GUS pega outra peça de roupa na sacola.] / GUS: *oia: [ : olha]!* e (7) MÃE: ++ *não fica um cheiro forte <n(ão) é?> [ > ]* / GUS: *<mãe .> [ < ]* / GUS: *to [ : toma].*

O único emprego de um enunciado no PRES, aos dois anos, é aquele em que GUS pede água, utilizando-se de uma forma na 3ª p. do sing. do verbo *querer*: (8) MÃE: *dá beijinho dá um beijinho.* / MÃE: *ai que gostoso.* / GUA: *que(r) # que[r] água? [ / ] que(r) água? # [ / ] que[r] água?*

Esse uso, por suas características, poderia ser lido dentro do quadro exposto para o caso de *tomar* e como a sua contrapartida, já que a criança, ao invés de chamar a atenção do interlocutor para que ele pegue algo que está com ela (*to [ : toma]*), chama a sua atenção para algo que, ao contrário, não está com ela (a água). Seriam enunciados que representam, se podemos assim dizer, deslocamentos em relação à localização primeira de algo (que se sabe estar na situação). Com *to(ma)*, esse algo vai em direção ao interlocutor; com *quer*, o direcionamento visa o locutor.

Nos recortes a seguir, podemos perceber que, em (9), que antecede a produção do mencionado em (2), a criança não consegue utilizar o verbo *querer* para representar um desejo, ainda que a observadora tenha produzido um enunciado com tais características na fala que lhe dirige. A retomada da criança se dá, novamente, por meio do verbo no infinitivo: (9) OBS: *o Poció foi [ / / ] (es)tá brincando # ele que(r) brinca(r) o Poció.* / GUS: *brinca(r) Poció?* / OBS: *ele que(r) brinca(r).* / GUS: *brinca(r) pato?* / OBS: *é::* / PAI: *ele que(r) brinca(r) mas o pato que(r) dormi(r) n(ão) é?*. Por outro lado, em (10), quando a criança aponta

para algo presente na situação, ela já emprega *quer* para marcar que esse algo deve deixar o local no qual se encontra e ser deslocado para onde ela mesmo está: (10) *GUS: xx que(r)*. [GUS aponta para alguma coisa ao lado da mãe]. / *MÃE: que(r) o quê ? / GUS: que(r)!* [GUS continua apontando.]<sup>13</sup>.

Em suma, ao examinar os empregos do PPS em relação àqueles do PRES e de outras formas de constituição da relação predicativa, notamos que, na fala de GUS, quando a criança faz uso espontâneo de um verbo que não esteja no infinitivo, temos raros empregos de verbos no PPS como descrito no início dessa seção e que não elaboram a representação de “fato do passado”; e temos ainda um número ínfimo de empregos no PRES, que são aqueles nos quais se marca a identificação um objeto (*ser*), o que existe na situação (*ter*) ou um uso específico de *quer* que, embora não saibamos exatamente como explicar, parece marcar *uma direção específica a ser atribuída ao objeto na situação*.

Portanto, se não ocorre a instanciação de um evento P em t<sup>i</sup> dissociável de t<sup>o</sup> (importante para que se construa a representação de “fato do passado”), também não nos parece que se verifica a instanciação de um evento em t<sup>o</sup>, posto que os valores do PRES não remetem a um evento que ocorre no momento da enunciação<sup>14</sup>.

### 3 O PRES na fala da criança

Em relação à definição do PRES, não temos ainda um estudo sistemático que nos permita caracterizar o seu funcionamento semântico-enunciativo em PB e que possa ser tomado como ponto de partida para o exame dos dados em aquisição. De qualquer modo, é possível levantar algumas questões que mostram a necessidade de se reavaliar a descrição que comumente é feita, o que implica, na análise, não nos deixamos influenciar por posicionamentos que podem ocultar operações linguageiras manifestadas pela fala da criança.

---

<sup>13</sup> Essas últimas colocações a respeito do verbo *querer* permitem levantar a hipótese de que, no único emprego espontâneo que é feito pela criança do PRES, para além dos verbos *ser* e *ter* já mencionados, a forma da 3ª p. do sing. *quer* não seria utilizada em lugar da 1ª p. do sing. Notemos, aliás, que, mesmo na gramática do adulto, aparecem usos como *Que(r) água* em lugar de *Quero água*. Para nós, esse emprego remete à elaboração de uma representação semelhante àquela aqui exposta. No entanto, são hipóteses que dependem da análise do funcionamento semântico-enunciativo do verbo *querer*.

<sup>14</sup> Para falar apenas dos verbos *ser* e *ter*, nos usos examinados, há a atribuição de nomes (*ser*) e atribuição de existência (*ter*).

### 3.1 A definição do PRES em confronto

Vale notar, antes de mais nada, que o PRES é uma forma verbal extremamente flexível do ponto de vista da elaboração da referência temporal, fato atestado por diferentes gramáticas e estudos, sendo que, entre os valores passíveis de serem por ele construídos, verificam-se aqueles que indicam “ações e estados permanentes ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei (presente durativo): A Terra **gira** em torno do próprio eixo” (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 437, *grifo dos autores*) ou que expressam “uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala (presente habitual ou frequentativo): **Como** pouquíssimo... (M. Torga, *V*, 50)” (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 437, *grifo dos autores*).

No estudo de Corôa já mencionado, a autora sustenta que, embora certamente se tenha uma “complexidade quanto à natureza do presente, não há nada que o descaracterize como uma forma em que [...] ME, MF e MR são simultâneos” (CORÔA, 2005, p. 45). Para o exemplo *A terra gira em torno do sol*, semelhante ao de Cunha e Cintra (1985) e considerado uma verdade atemporal, a autora propõe como explicação que o tempo do evento “gizar” pode ser representado como infinito, sendo dessa perspectiva que se estabelece o MR: o “ME deve, então, forçosamente ser simultâneo com alguns dos momentos que fazem parte do conjunto de momentos que formam o MR – por ele ser infinito. Pela mesma razão, nele também se insere o MF” (CORÔA, 2005, p. 46).

No entanto, exemplos como os chamados de presente histórico, como *em 1940, eclode a guerra*, já seriam problemáticos em relação a essa definição. Mesmo se a autora os explique por meio dela, não deixa de afirmar que “tais sentenças têm enfraquecida sua característica dêitica de referência temporal: isto é reforçado pelo fato de muito frequentemente incluírem referência a tempo medido (datas)” (CORÔA, 2005, p. 47).

Sem nos estender nas análises feitas pela autora, que se fundamentam na referida fórmula em que são mobilizados os três momentos especificados, importa mencionar uma consideração de Bartsch (1969) trazida por ela, para quem, segundo palavras da própria Corôa, “o presente só se manifesta lingüisticamente por meio de analíticos, ou seja, não é a forma do presente do verbo que localiza a ação com respeito ao sistema de referência, mas elementos como ‘agora’, ‘hoje’ etc.” (CORÔA, 2005, p. 44).

Deixemos momentaneamente de lado essa consideração para retomar o que propusemos em Romero (2009). À época, apoiamos-nos na hipótese sobre o papel do PRES formulada por Denis Paillard (1988), um dos linguistas que mais tem contribuído com o desenvolvimento atual da TOE, para analisar um conjunto de títulos jornalísticos cuja característica, independentemente da referência temporal construída na notícia, é a de se apresentar por meio de verbos no PRES. Nessa perspectiva, o PRES:

[...] remete exclusivamente à classe dos instantes  $t$  enquanto tal. Remeter à classe significa que PRES não pode se encarregar da construção de um  $tp$ , ou seja, de uma ocorrência de  $t$  em particular. Em outras palavras, evoca-se a classe como um todo, e não um instante dessa classe. Por sua vez, se não há construção de um  $tp$  pelo tempo morfológico, [...] um processo no PRES não tem como se localizar em um instante e não se localizar em outro, uma vez que não há instante responsável por estabelecer “subclasses” validando localizações (ROMERO, 2009, p. 128-129).

A ilustração que trouxemos à época permite compreender a referida citação e de que modo ela confere um desenvolvimento ao que, acreditamos, tenha dito Bartsch.

Em uma notícia que tem por título *Escola proíbe mochila com rodas para não riscar o piso*, o emprego do PRES não instaura a construção de um instante específico (um  $tp$ ) no qual se instancia o evento “proibir”, mas marca, sim, que todo e qualquer instante da classe é suscetível de localizá-lo. Isso explicaria os motivos pelos quais, de um lado, não seria a forma do PRES a que localiza a ação com relação ao sistema de referência, como afirma Bartsch, de outro, porque do PRES resultam valores nos quais, considerando-se uma classe de instantes que representaria o “infinito”, qualquer instante seria suscetível de localizá-lo.

Por outro lado, esse caráter “suscetível a localizar” não significa que, como acabamos de afirmar, haja instanciação do evento em um dado instante  $tp$ . Ora, o fato de não haver essa instanciação impede que se distingam “subclasses” dentro da classe de  $t$ , o que, no caso de nosso exemplo, seria primordial para diferenciar a ocorrência de “proibir” em um dado instante em relação a um instante outro qualquer, no qual existiria “não proibir”.

Isso traz uma série de consequências, já que “a não efetivação de um *proibir* no tempo nos conduz a interpretar ‘escola’ como o que instaura a proibição, sem que essa proibição possa ser de fato verificada: a escola é que proíbe” (ROMERO, 2009, p. 129). Em suma, há proibição (de mochila com

rodas) para qualquer que seja o instante da classe de instantes, mas essa proibição não se manifesta por meio de um instante *tp* que poderia ser entendido como a sua origem. De certa maneira, o PRES aproxima-se de uma nominalização ao não instaurar o evento no tempo, com a diferença que, com o verbo, evidenciam-se os argumentos: *a escola é* que proíbe, *a escola é proibidora*, o que lhe permite igualmente se aproximar de um predicado nominal.

Logo, se o PRES não tem por papel semântico-enunciativo instanciar o evento em *tp*, ele também não o instancia em *tº*, no momento da enunciação. Daí, qualquer definição que se apoie na explicação de que, com o PRES, verifica-se uma simultaneidade entre ME, MF, MR ser problemática, difícil de ser aplicada tal e qual para o conjunto de empregos.

Por ora, guardamos para a análise da segunda sessão de gravação a característica que acabamos de apontar: por não caber ao PRES instanciar o evento em *tº*, não há uma ação ou processo marcado pelo evento que se desenrola no momento de enunciação.

### 3.2 O PRES na predicação face a outras formas de constituição do enunciado

O procedimento aqui adotado diferencia-se do observado anteriormente, visto analisarmos um excerto relativamente longo da interação entre GUS, seu pai e a observadora. Nessa sessão, a criança, aos dois anos e quatro meses (2;4), utiliza perfeitamente o gerúndio, como podemos constatar nessa cena na qual o pai lhe pede para contar o que vê nas fotos do álbum que ele lhe mostra: (11) PAI: *que que é isso?* / GUS: *macaco.* / PAI: <macaco> [>]. / GUS: <yy (es)tá subindo na pa(r)ede> [<]. / PAI: *subindo na parede o macaco.*

Sobre o emprego do PRES propriamente dito, percebemos usos do verbo *ser* e *ter* e o surgimento dos primeiros usos de *querer* na 1ª p. do sing., alternados com usos da forma *que(r)*.

Além disso, o PRES é igualmente notado no excerto a seguir, cuja interação é motivada pela história do filme *Carros*, animação produzida pela Pixar em 2006 e que é uma presença constante nas sessões de gravação no período por nós estudado (de 2 a 3 anos). Nesse excerto, numerado (12) e dividido em quatro partes, o pai conversa com GUS sobre os personagens do filme.

**Excerto (12) – parte 1**

1. PAI: conta p(a)ra mim um negócio.
2. PAI: quem que joga sujo?
3. GUS: o (r)ei.
4. PAI: não senhor.
5. PAI: quem que joga sujo não é o Rei não.
6. GUS: Chick\_Hicks.
7. PAI: ah o Chick\_Hicks.
8. PAI: ai sim.
9. OBS: quem que é esse?
10. OBS: <que eu não conheço> [>]?
11. PAI: <quem que é o Chick\_Hicks> [<]?
12. GUS: **é joga suja.**
13. PAI: ele joga sujo n(ão) é?
14. PAI: vamo(s) tenta(r) mostra(r) p(a)ra Lê quem é o Chick\_Hicks?
15. PAI: sabe onde tem uma foto do Chick\_Hicks?
16. GUS: foto do Chick\_Hicks.
17. PAI: naquelas cartas lá.
18. PAI: mas agora p(a)ra achar <n(ão) é> [>]?
19. OBS: <vichi@i> [<].
20. GUS: **é joga suja.**
21. PAI: <joga sujo n(ão) é> [>]?

O episódio em questão, por meio de seus diversos recortes, traz algumas pistas para uma melhor compreensão do papel do PRES e que vão na direção das explicações dadas na seção anterior.

Observemos, inicialmente, que o pai emprega a expressão *jogar sujo* no PRES em dois diferentes momentos. No primeiro, quando se dirige à criança, na linha 2: *quem que joga sujo?*, por meio de uma pergunta que envolve a identificação de um personagem; no segundo, quando retoma a primeira das respostas dadas pela criança em relação à pergunta feita e a corrige, na linha 5: *Quem que joga sujo não é o Rei não.*

A criança, por sua vez, ao explicar para a observadora quem é o Chick Hicks, o personagem da história que é quem de fato joga sujo, diz, na linha 12, que ele *é joga suja*. Notemos, nesse enunciado de GUS, como *joga suja* (com a concordância da parte de *suja*) parece referir ou a uma propriedade ou qualidade atribuída ao personagem, ou mesmo, ainda que não apareça nenhum determinante, à inserção do personagem numa dada categoria (*um joga suja*<sup>15</sup>),

<sup>15</sup> Lembremos do número de expressões que constam da gramática do adulto com tais características: *arrasta-pé, bate-boca, conta-gotas, guarda-volumes, lava-roupa, seca-roupa*, etc. Agradecemos a Prof<sup>a</sup> Cristina Name por ter nos lembrado desse fato durante a nossa apresentação na ENANPOLL (2020), apresentação da qual este trabalho é resultado.

o que não deixa de ter uma função identificadora condizente com a pergunta que lhe foi dirigida.

Mais interessante é verificar que o pai retoma essa primeira explicação da criança com o intuito de lhe mostrar o que seria o emprego esperado, como vemos na linha 13: *ele joga sujo n(ão) é?*, sem que dessa retomada surja algum efeito nesse momento, visto a criança insistir em dizer que ele *é joga suja* (linha 20), fala que o pai novamente retoma e reformula.

**Excerto (12) – parte 2**

22. PAI: <e o que que e> [//] não mas que que ele faz que ele a gente (es)tava falando?  
 23. GUS: **é joga suja.**  
 24. PAI: joga sujo.  
 [...]  
 25. PAI: <o Chick\_Hicks joga sujo n(ão) é> [>]?  
 26. OBS: **<ele é mau>** [<]?  
 27. GUS: **ele bate.**

Na continuidade da interação, o uso recorrente de *é joga suja* pela criança (linha 23) tende a confirmar a hipótese de que ora a expressão marca uma propriedade do sujeito, ora um traço capaz de identificá-lo e categorizá-lo. Na primeira hipótese, GUS o emprega como se empregasse *é feio* (que também aparece na sua fala, na parte IV logo abaixo).

Notemos igualmente que, logo após a pergunta que a observadora lhe dirige para saber se Chick Hicks é mau (linha 26: *<ele é mau>* [<]?), GUS lhe responde com um enunciado construído com o verbo “bater” no PRES: *ele bate* (linha 27).

A nosso ver, esse enunciado é absolutamente significativo no que se refere ao papel semântico-enunciativo do PRES, posto que surge em resposta a uma pergunta cuja função nada mais é do que a de solicitar à criança uma atitude de ratificação, confirmação (*confirma para mim se o Chick Hicks é mau*). *Ele bate* remete, assim, a um enunciado de natureza descritiva, que apresenta características do personagem, o que, dado o que explicamos a respeito do PRES, poderia ser glosado por “há batida, golpes”, Chick Hicks encontrando-se na sua origem, de modo que “Chick Hicks é batedor, quem bate”.

**Excerto (12) – parte 3**

28. PAI: que que ele fez com o Rei?  
 29. GUS: **bateu.**  
 30. PAI: bateu no Rei n(ão) é?

31. PAI: <dai o que que aconteceu com o Rei> [>]?
32. GUS: <Luigi mata o Wingo> [<].
33. PAI: depois que ele bateu no Rei o que que aconteceu com o Rei?
34. GUS: <hum:::> [>].
35. PAI: <em> [<]?
36. GUS: **capoto(u).**
- [...]
37. PAI: o Rei não # o Rei é legal ele não joga sujo.
38. GUS: <é> [/] é <ca> [//] o Rei **capoto(u).**
39. PAI: o Rei capoto(u) porque o Chick\_Hicks bateu nele n(ão) é?

A terceira parte do excerto permite que se faça uma série de colocações. Na linha 28, vemos que o pai pede que GUS lhe conte o que Chick Hicks fez com outro personagem, o Rei. A resposta *bateu*, linha 29, apresenta o verbo no PPS, 3ª p. do singular, mas, ao contrário dos enunciados por nós analisados na seção 2.2, há um *ele* que se refere ao Chick Hicks. O mesmo pode ser observado na linha 36, em que o enunciado *capotou*, 3ª p. do sing., refere-se ao Rei. Evidenciam-se, assim, empregos do PPS relacionados à própria narração que se elabora e que constroem os primeiros valores de “fato do passado” em sua fala.

O primeiro emprego de GUS no qual ele evidencia um actante com o verbo no PPS aparece na linha 38, enunciado que vale destacar. Nitidamente, verifica-se, aqui, um processo de reformulação por parte de GUS em relação à resposta dada, já que, por meio da interrupção da palavra que seria inicialmente pronunciada (é <ca> [//]), a criança acrescenta um argumento ao verbo: *o Rei capoto(u)*.

Na linha 36, contudo, o enunciado da criança, com o verbo no PRES, estrutura-se com a indicação de dois actantes: quem mata e quem é morto. Voltamos a ele durante a análise da parte IV do excerto.

#### Excerto (12) – parte 4

40. GUS: <o McQueen é joga sujo # o McQueen> [>].
41. PAI: <não o McQueen não joga sujo> [<].
42. PAI: quem joga sujo é o Chick\_Hicks.
43. GUS: **é feio.**
- [a mãe telefona e a criança e o pai vão conversar com ela pelo telefone.]
44. PAI: o(lha) é a mamãe.
45. GUS: oi mamãe.
46. GUS: tem o McQueen.

- GUS: 0 [=! ri].
47. GUS: **popó@c [: helicóptero] leva Mate.**  
 OBS: 0 [=! ri].
48. GUS: não o popó@c [: helicóptero] leva o Mate.
49. GUS: é.

Na linha 40, percebemos que, mesmo quando GUS compreende que não há concordância (<o *McQueen* é joga sujo # o *McQueen*> [>]), a construção nominal permanece. Isso seria de fato um indício de que o PRES, ao não permitir elaborar uma instanciãção do evento no tempo, aproxima-se de uma atribuição de propriedade: De *ele joga sujo*, teríamos que, em relação ao fato de o *jogo* se dar para qualquer instante da classe, há *quem jogue*: *ele é “jogador” sujo e ele é joga suja(o)*.

Por sua vez, a análise dos enunciados construídos com o PPS mencionados na parte III mostra que GUS começa a se apropriar do esquema narrativo no qual os eventos apresentam uma anterioridade temporal em relação a t<sup>o</sup>. Em outras palavras, GUS demonstra se descentrar em relação à situação de enunciação, o que pode ser observado, igualmente, pela introdução, em sua fala, de actantes nas relações predicativas elaboradas no PPS.

Essa apropriação, no entanto, encontra-se em processo, visto aparecerem enunciados nos quais a criança emprega o PRES para elaborar a narrativa.

Os empregos construídos no PRES têm, entretanto, uma característica bastante interessante, já que não instanciam o evento no tempo.

Vale dizer antes que, ao que nos parece, tanto em <*Luigi mata o Wingo*> (linha 32, parte III), quanto em *popó@c [: helicóptero] leva Mate* (linha 47, acima apresentado), GUS não emprega o PRES em substituição ao PPS. Não é dito, portanto, que houve o evento “matar” ou “levar” instanciado em um instante t<sup>i</sup> anterior a t<sup>o</sup> (não há *matou*, *levou* como um “fato do passado”), até porque, como vimos, a criança, ao utilizar o PPS com esse valor, tende a fazê-lo sem a presença de actantes (ver parte III).

Há, simplesmente, *Luigi* como *aquele quem mata*, o *matador* (de alguém, de *Wingo* como *morto*), da mesma forma que o *helicóptero* se apresenta como *transportador* (de algo, do *Mate* como *transportado*).

## 4 Conclusão

Como dissemos no início, esse trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento sobre a aquisição de tempos verbais e que se encontra bem mais desenvolvida no que se refere ao estudo do funcionamento semântico-enunciativo do PPS do que em relação ao estudo do PRES.

No entanto, ainda que tenhamos partido de algumas hipóteses iniciais a respeito desse tempo, acreditamos ter feito um conjunto de considerações importantes para que se repense a própria descrição dada ao PRES.

Ao analisarmos a fala de GUS aos dois anos de idade, constatamos a produção de poucos enunciados elaborados espontaneamente com o verbo no PPS. Nesses enunciados, do ponto de vista morfossintático, o verbo encontra-se na 3ª p. do sing. e não aceita a introdução de uma forma pronominal ou grupo nominal como sujeito sintático, esta última característica sendo essencial para que se compreenda um conjunto de empregos que se elaboram sob o funcionamento descrito na parte ① do esquema invariante do PPS, inclusive o fato de, na fala da criança, eles não estarem relacionados à produção de uma narrativa.

A análise da fala de GUS, quatro meses depois, além de mostrar que a criança começa a se apropriar de um modo mais amplo do esquema invariante do PPS, o que lhe permite referir a fatos do passado, mostra, pelo estudo da constituição da relação predicativa que sustenta a sua produção, de que modo os primeiros esquemas narrativos espontâneos parecem se apoiar em diferentes tipos de descrição, aqui, fundamentadas no emprego do PRES.

Acreditamos que esse estudo em confronto, além de mostrar ser esta uma etapa necessária para que se firme a estrutura narrativa, traz também indícios para que se entenda o papel semântico-enunciativo do PRES e o porquê de ser este marcador um tempo com fortes características nominais, o que o autoriza, se assim podemos dizer, a se afastar da própria noção de tempo ou mesmo a elaborar representações atemporais.

## REFERÊNCIAS

- CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. São Paulo: Parábola, 2005.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris : Ophrys, 1990.

- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris : Ophrys, 1999a.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris : Ophrys, 1999b.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: tours et détours. Limoges : Lambert-Lucas, 2018.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DE VOGÜÉ, S. Invariance culiolienne: l'exemple du passé, entre passés, parfaits et passages. In: DUCARD, D.; NORMAND, C (Dir.). **Antoine Culioli: un homme dans le langage**. Paris : Ophrys, 2006. p. 302-331.
- DEL RÉ, A. et al. O corpus *NALINGUA* e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil, **Artefactum**, ano VIII, n° 2, 2016.
- ILARI, R.; BASSO, R. O verbo. In. ILARI, R.; NEVES, M. H. M. N. (Org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**: classe de palavras e processos de construção. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008, p. 163-365.
- PAILLARD, D. Temps, aspect, types de procès : à propos du présent simple. In. MILNER, J.-C. **Recherches nouvelles sur le langage**. Collection ERA 642, Paris: Université Paris 7, 1988, p. 92-107.
- ROMERO, M. Sobre as operações enunciativas em títulos de textos jornalísticos: fundamentos para a análise de marcas temporais. In. TAGÉ, T. (Org.) **Sensibilidades configuradas**: estudos sobre comunicação, mídia e produção de sentido. São Paulo: Miró Editorial, 2009, p. 122-133.
- ROMERO, M. Étude des phénomènes morphosyntaxiques, sémantiques et discursifs liés à l'acquisition du temps verbal pretérito perfeito simples en portugais brésilien. **Cahiers de praxématiques**. n° 70, 2018, p. 1-15.
- ROMERO, M. Teoria das Operações Enunciativas. In: ROMERO, M. et al. **Manual de Linguística**: Semântica, Pragmática e Enunciação. Rio de Janeiro: Vozes, 2019, p. 175-228.
- ROMERO M. « Partiu! » en portugais brésilien: contribution à l'étude du processus de créativité linguistique. In: RAINERI, S. et al. (Dir.) **La correction en langue(s). Linguistic correction/Correctness**. Paris: PU Paris Nanterre, 2020, p. 177-191.
- ROMERO, M. La représentation métalinguistique de l'alternance causative-ergative en portugais brésilien : hypothèses descriptives. In : DUFAYE, L. ; GOURNAY, L. (Dir.) **Métalinguistique et épilinguistique en linguistique énonciative**. Actes du Colloque (no prelo).

ROMERO-LOPES, M. C. Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidades de funcionamento. In. REZENDE, L. M.; ONOFRE, M. B. (org.) **Linguagem e línguas naturais - diversidade experiencial e linguística**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2006, p. 23-39.

*Recebido em 22 de junho de 2022.*

*Aprovado em 16 de agosto de 2022.*

*Publicado em 30 de dezembro de 2022.*

## **SOBRE A AUTORA**

**Márcia Romero** é doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). É professora da área de linguagem do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando no PPG em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência. Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2019-22495-8), tem desenvolvido pesquisas direcionadas à elaboração de uma gramática enunciativa do português brasileiro.